Projeto de Identificação da Região de

Influência e Solidariedade Econômica

de Maringá – PR

Junho de 2019

Sumário Executivo

[1) Introdução 3](#_Toc11765177)

[2) Estrutura do Emprego e Especialização Produtiva de Maringá 3](#_Toc11765178)

[3) Interdependência Dinâmica entre Polo e Periferia: breve aporte teórico 11](#_Toc11765179)

[4) A questão da Região de Influência e de Solidariedade Econômica de Maringá (RISEM) 14](#_Toc11765180)

[4) Metodologia de Identificação da RISEM 19](#_Toc11765181)

[5) Orçamento 21](#_Toc11765182)

[6) Referências 24](#_Toc11765183)

1. Introdução

Este Projeto de Pesquisa e Consultoria nos foi solicitado por alguns membros do Conselho de Desenvolvimento de Maringá (CODEM) conscientes da necessidade de determinar, de forma científica rigorosa, a Região de Influência e Solidariedade Econômica deste município. O fundamento deste interesse é bastante claro e – tal como procuraremos demonstrar na sequência - muito pertinente: **a dinâmica econômica de um município polo cuja principal especialização produtiva encontra-se no segmento de Serviços Urbanos de média e alta complexidade (educacionais, logísticos, financeiros, de saúde, jurídicos, tecnológicos, contábeis, etc.) é indissociável da dinâmica econômica dos municípios que compõem sua periferia.** Identificar esta periferia e apoiá-la no processo de ampliação do emprego e da renda é condição *sine qua non* para o crescimento economicamente sustentável de Maringá.

O projeto que agora apresentamos volta-se tão somente ao primeiro desafio: identificar a Região de Influência e Solidariedade Econômica de Maringá (doravante, RISEM), e ele está subdividido em seis seções, para além desta Introdução: 1) Estrutura do Emprego e Especialização Produtiva de Maringá; 2) Interdependência dinâmica entre Polo e Periferia: breve aporte teórico; 3) A questão da Região de Influência e Solidariedade Econômica de Maringá (RISEM); 4) Metodologia de Trabalho; 5) Bibliografia. 6) Orçamento.

1. Estrutura do Emprego e Especialização Produtiva de Maringá

O município de Maringá é - juntamente com Londrina - um dos dois principais polos regionais do norte do Paraná. E a principal característica de ambos é que são “**polos de serviços**”. Uma dimensão amplamente reconhecida na literatura disponível sobre os dois municípios e que é apresentada com clareza exemplar nos parágrafos iniciais do primeiro capítulo do documento “Maringá-2030”. A página 8 deste documento, que trata da perda de dinamismo do município nos anos 90, lê-se:

“Maringá já era [então] uma cidade-polo regional que exercia atração numa região com aproximadamente 127 municípios e população superior a 1,5 milhão de habitantes. **Era o centro de comércio regional, o centro prestador de serviços** e o polo industrial. Muito embora suas atividades primárias fossem de pouca significância em razão de seu pequeno território, as demais atividades econômicas desenvolvidas em **Maringá mantinham um elevado grau de relação e dependência com a atividade primária regional. Frustrações de safras, políticas de preços agrícolas,** política de comércio exterior relacionada à produção agrícola e a produtos semielaborados e a produtos de baixo valor agregado, **refletiam de modo impactante na atividade econômica regional e, por conseguinte, na atividade econômica de Maringá**.” CODEM (2011). (Os negritos são nossos)

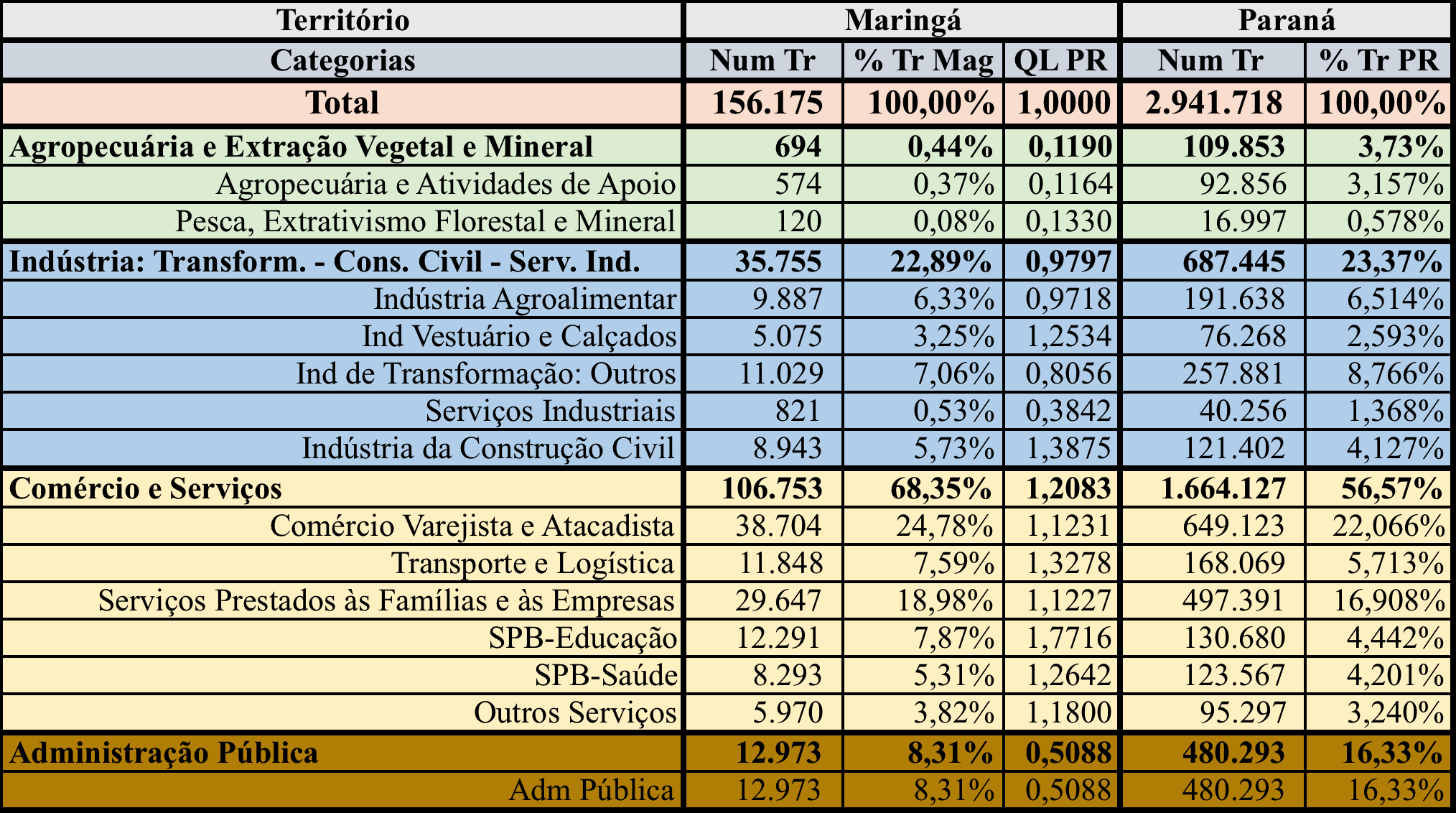
É impossível superestimar a correção e importância da passagem citada acima. O ponto central encontra-se na correta compreensão de que a dinâmica econômica de uma cidade polo fornecedora de serviços encontra-se umbilicalmente ligada à dinâmica de toda a região que ela polariza. Nos termos específicos da Economia Regional diz-se que “a relação entre um polo fornecedor de serviços e os municípios satélites não é de hegemonia pura, mas de dupla e recíproca dependência: o crescimento econômico do polo é função do crescimento da demanda pelos serviços que ele fornece o que, por sua vez, é função do crescimento global da atividade econômica na periferia”.

Como praticamente tudo em Economia, a assertiva final do parágrafo acima não se impõe de forma simples, mas é sujeita a inúmeras mediações. De forma particular, um polo urbano fornecedor de serviços pode crescer a taxas superiores às economias periféricas desde que: 1) a melhoria da qualidade dos serviços fornecidos pelo polo induza a uma depressão econômica das atividades de serviço na periferia com ganhos de participação relativa do polo neste macro setor; 2) o município polo amplie a área e o número de municípios sobre a qual exerce sua função de atração, retirando expressão relativa de polos secundários enquanto fornecedores de serviços sofisticados que atuam na mesma região. Em suma: ou o crescimento do polo é solidário à região que ele polariza – o que significa ser estimulador do e corresponsável pelo crescimento dos municípios satélites em suas áreas específicas (em especial, no caso de Maringá, a produção agropecuária e agroindustrial) -, ou o município polo cresce acima da média qualificando seu sistema de serviços de sorte a conquistar uma maior fatia do mercado regional no macro setor em detrimento dos sistemas de serviços dos municípios menores.

Tal como procuraremos demonstrar, a importância desta disjuntiva é tamanha que a estratégia de resposta à mesma, a estratégia que venha a ser privilegiada, é plena de consequências, e definirá o futuro de Maringá e da região submetida à sua influência econômica. Antes, porém, precisamos analisar a veracidade e atualidade da afirmação de que Maringá é um polo de serviços. Para tanto, calculamos o indicador de especialização de Maringá em distintos setores e subsetores. O indicador de especialização eleito é o Quociente Locacional (QL). Ele resulta da razão entre duas percentagens: a percentagem da população ocupada num setor qualquer em Maringá (com relação à população ocupada total) é dividida pela percentagem da população ocupada no mesmo setor no Paraná[[1]](#footnote-1). A vantagem deste indicador é que ele pode ser aplicado para qualquer município independentemente de seu tamanho; pois a percentagem que é tomada como numerador diz respeito ao **seu** emprego total. Se o município tem, no total, apenas 100 empregados formais, 10 empregados em um segmento qualquer correspondem a 10%; se outro município conta com 10.000 empregados no total, para obter a mesma percentagem teria que ter 1.000 empregados no setor. E ambos serão comparados à percentagem do Paraná. Imaginemos que, neste mesmo setor, o Paraná ocupe apenas 5% da população total. Neste caso, um município que conte com 10% de ocupados é duas vezes mais especializado, duas vezes mais “dedicado” a esta atividade do que, em média, é o Paraná. Esta especialização se expressa no QL = 10% ÷ 5% = 2. Se, alternativamente, a percentagem da população ocupada nesta atividade no Paraná for de 20%, o QL será menor do que a unidade. Mais exatamente, QL = 10% ÷ 20% = 0,5. Caso o território foco (o município) e o território de referência (o Paraná) apresentarem, ambos, a mesma percentagem de ocupados (ambos 10%), o QL será igual à unidade. QLs superiores à unidade revelam especialização; inferiores à unidade, subespecialização; próximos da unidade, normalidade e adequação ao padrão da macrorregião.

O mais importante de tudo, porém, é a interpretação deste indicador: em Economia Regional a especialização é uma medida de “exportação”. A ideia é simples: o principal mercado de um grande território (como o Paraná e o Brasil, por exemplo) é o mercado interno. Assim, pode-se supor que o grau de dedicação a uma certa atividade na macrorregião é a dedicação “normal”, capaz de atender a demanda dos domiciliados. Se a especialização de um território qualquer se encontra acima da média é porque o mesmo não atende apenas à demanda interna, mas, igualmente bem dedica parte da produção ao atendimento de uma demanda que lhe é externa[[2]](#footnote-2). Posto isto, podemos passar à análise do quadro de especialização setorial de Maringá. Nossa base de dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego do ano de 2017. Ela nos fornece apenas informações sobre emprego formal (carteira assinada, funcionários públicos e microempreendedores individuais).

**Quadro 1: Estrutura do Emprego e Especialização Produtiva de Maringá**



FDB: RAIS-MTE-2017. Os indicadores foram calculados pelos autores do texto

Ora, dadas as informações anteriores, a análise do quadro acima se torna trivial. Ele nos diz que Maringá é subespecializada na produção agropecuária, o que significa dizer que o município é um importador líquido de alimentos. Em segundo lugar, ela nos diz que, tomando de forma agregada, Maringá não é mais industrializada que o Paraná: o QL da Indústria tomada como um todo é de 0,9797, correspondendo aproximadamente à unidade. É bem verdade que há dois segmentos da indústria em que Maringá apresenta uma especialização não desprezível: Vestuário e Calçados, com QL de 1,25; e Construção Civil, com QL de 1,39. Vale observar ainda que, a despeito da Agroindústria apresentar um QL discretamente abaixo da unidade (0,97), o número total de empregados na mesma é quase duas vezes o número de empregados no setor de vestuário (9.887 e 5.075, respectivamente). Igualmente bem, os demais setores da Indústria de Transformação apresentam, no total, um volume não desprezível de ocupados (pouco mais de 11 mil), o que corresponde a aproximadamente 80% do padrão do Paraná para o conjunto das atividades ali agrupadas. O subsetor da indústria que reduz o QL médio de Maringá é o segmento de Serviços Industriais de Utilidade Pública (energia elétrica, telefonia, Distribuição de Gás, Água, etc.), um segmento altamente dependente de investimentos públicos e da disponibilidade de recursos naturais (hídricos, eólicos, minerais, etc.).

Por oposição à agropecuária e à indústria, seja no plano agregado, seja em cada um dos setores classificados, o segmento de Serviços apresenta um QL significativamente superior à unidade. Em termos agregados, o QL é de 1,2 (próximo ao QL da Indústria do Vestuário). No que tange às subclasses, destacam-se os segmentos de Educação (QL de 1,77), Transporte e Logística (1,33) e Saúde (1,26).

Surpreendentemente, contudo, o quadro acima parece indicar que Maringá não chega a apresentar uma especialização significativa em Comércio ou em Serviços Prestados às Famílias e Empresas (ambos com QL de 1,12). Não obstante, esta avaliação preliminar comporta um equívoco. Para que se entenda este ponto é preciso entender que a medida de especialização toma por referência o número total de empregados (formalmente ocupados) em Maringá. Mas parcela expressiva destes ocupados não é domiciliada em Maringá. A questão é que a polarização de Maringá sobre os municípios que a satelizam não se realiza apenas pela oferta de serviços: ela também se dá pela transformação dos municípios do entorno em fornecedores líquidos de mão-de-obra. Em alguns casos – como Sarandi, por exemplo – esta relação já se traduz na clara transformação do último em “cidade-dormitório”, com uma expressão econômico-produtiva significativamente inferior ao que seria de se esperar se tomamos por referência a população domiciliada. No Quadro 2, abaixo, trazemos algumas evidências desta relação. A construção do Quadro tomou por referência os treze municípios listados no **“Anuário de Economia 2018-2019 da Grande Região de Maringá” (doravante, GRM).**

O Quadro 2, abaixo, está baseado em duas informações e no cruzamento das mesmas: população domiciliada (estimada pelo IBGE) e população formalmente empregada (informada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego). A primeira coluna especifica o território para o qual a informação está referida. Na quarta coluna é feito o primeiro cruzamento das duas informações anteriores: com a divisão do número de ocupados pela população, encontra-se a “Taxa Aparente de Ocupação”. Esta taxa é “aparente” em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque ela está referida apenas à ocupação formal. E, no Brasil, para cada ocupação formal há, em média, uma pessoa ocupada informalmente; de sorte que a taxa **real** de ocupação é muito maior. Mas isto não é tudo.

**Quadro 2: População, Ocupação Formal e Taxa Aparente de Ocupação dos Domiciliados na Grande Região de Maringá (GRM)**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Território** | **Estimativa** | **Ocupação Formal** | **Tx. Apar. Ocupação** | **QL-PR** | **QL-GRM** |
|
| **Brasil** | **207.660.929** | **46.281.590** | **22,29%** | 0,833 | 0,742 |
| **Paraná** | **11.320.892** | **3.028.192** | **26,75%** | **1,000** | 0,890 |
| **Meso Norte Central** | **2.228.516** | **586.643** | **26,32%** | 0,984 | 0,876 |
| **Reg Metrop Maringá** | **799.191** | **227.616** | **28,48%** | 1,065 | 0,948 |
| **GRM** | **685.627** | **206.009** | **30,05%** | 1,123 | **1,000** |
| **Maringá** | **406.693** | **156.175** | **38,40%** | 1,436 | 1,278 |
| Ângulo | 2.974 | 535 | 17,99% | 0,673 | 0,599 |
| Astorga | 26.196 | 5.691 | 21,72% | 0,812 | 0,723 |
| Doutor Camargo | 6.069 | 756 | 12,46% | 0,466 | 0,415 |
| Floresta | 6.603 | 1.108 | 16,78% | 0,627 | 0,558 |
| Iguaraçu | 4.343 | 993 | 22,86% | 0,855 | 0,761 |
| Ivatuba | 3.240 | 743 | 22,93% | 0,857 | 0,763 |
| Mandaguaçu | 22.164 | 3.928 | 17,72% | 0,663 | 0,590 |
| Mandaguari | 34.559 | 10.199 | 29,51% | 1,103 | 0,982 |
| Marialva | 34.955 | 7.969 | 22,80% | 0,852 | 0,759 |
| Ourizona | 3.494 | 407 | 11,65% | 0,435 | 0,388 |
| Paiçandu | 40.156 | 5.731 | 14,27% | 0,534 | 0,475 |
| Sarandi | 94.181 | 11.774 | 12,50% | 0,467 | 0,416 |
| **GRM sem Maringá** | **278.934** | **49.834** | **17,87%** | **0,668** | **0,595** |

FDB: Est Pop 2017 (IBGE), RAIS-2017 (MTE). Indicadores processados pelos autores

Ao tomarmos a população ocupada num município e comparar com a população domiciliada no mesmo não estamos, de fato, calculando a taxa de ocupação dos domiciliados. Pelo simples fato de que alguns dos ocupados (em Maringá, por exemplo) podem ser moradores de municípios vizinhos. E isto é muito provável. Por quê? Porque a taxa de ocupação aparente de Maringá destoa significativamente das demais. Enquanto a taxa para o Brasil é de 22,29% e para o Paraná é de 26,75%, a taxa de Maringá é de 38,4%. Simultaneamente, a taxa aparente de ocupação de Sarandi e Paiçandu (dois municípios cujas áreas urbanas encontram-se conurbadas à Maringá) são muito inferiores aos padrões do Brasil, do Paraná e da Região de Maringá: 12,5% e 14,27%, respectivamente[[3]](#footnote-3).

Ora, tal como na versão mais simples e paradigmática do QL – cujo cálculo volta-se à obtenção de uma “medida de especialização” -, é possível avaliar a distância da taxa aparente de ocupação de Maringá com relação à taxa média de regiões mais amplas pela razão entre estas duas percentagens, vale dizer: a percentagem aparente de ocupação de um município e a percentagem aparente da região tomada como padrão de comparação. No caso, elegemos duas regiões como padrão: o Paraná (na quinta coluna) e a Grande Região de Maringá (na sexta coluna). Quando se toma o Paraná, vemos que a GRM (QL 1,12), Maringá (1,436) e Mandaguari (1,103) ficam acima da média. Mas enquanto a GRM e Mandaguari estão muito próximos do padrão, Maringá destoa de forma significativa. Já quando se toma a GRM como região de referência, apenas Maringá encontra-se acima da média (com QL superior à unidade e igual a 1,28).

O que isto está a indicar? Que a população maringaense é mais trabalhadora do que a dos demais municípios? Dificilmente. Mesmo se admitirmos que a disposição relativa para o trabalho e o lazer está presente e supusermos que a pulsão empreendedora é maior no Norte do Paraná do que em outras regiões, dificilmente esta particularidade cultural explicaria a enorme distância entre as taxas aparentes de ocupação de Maringá e Sarandi. Este último município nasceu de Maringá e comunga com este seus traços culturais que orientam a organização da vida e a propensão ao trabalho. Além disso, (e este é o argumento mais importante), **grau de ocupação efetivo não é função do desejo de trabalhar. Mas da existência de oportunidades de emprego.** **O que os dados e indicadores do Quadro 2 parecem traduzir é que as oportunidades de trabalho estão desigualmente distribuídas no território.**

Ora, até certo ponto esta distribuição desigual é esperada e (por assim dizer), “normal”. Os municípios polo tendem a concentrar a oferta de serviços complexos – tais como Educação Superior, Serviços Hospitalares de alta resolutividade, Serviços Jurídicos, Consultorias Técnicas, etc. – e serem o principal polo de Comércio da região. Mas, mesmo reconhecendo a recorrência do fenômeno, o grau de concentração do emprego formal no polo da GRM encontra-se significativamente acima do padrão corrente de polarização. Um indicador desta discrepância nos é fornecido pela última linha do Quadro 2 acima. Nela calculamos a taxa aparente de ocupação do conjunto dos municípios da “RGM sem Maringá”. E o resultado foi uma taxa aparente de ocupação de 17,87%, inferior à metade da taxa aparente de ocupação de Maringá (38,40%) e dez pontos percentuais abaixo da taxa de ocupação padrão do Paraná (26,75%).

Mas há uma outra dimensão desta concentração do emprego da GRM no polo que é igualmente importante e que impõe uma alteração no cálculo dos QLs de Especializado do Quadro 1. Na verdade, quando entendemos que parcela dos ocupados em Maringá **não** são domiciliados em Maringá, fica claro que o grau de especialização setorial calculado no Quadro 1 encontra-se parcialmente distorcido. Nós não temos elementos suficientes para realizar um cálculo rigoroso neste momento. Esta é uma tarefa que exigiria um esforço de pesquisa maior do que o que seria pertinente em um projeto. Mas podemos oferecer uma primeira aproximação.

Vamos admitir que, seja porque a economia do Norte do Paraná é pujante e geradora de emprego, seja porque a cultura do nortista é empreendedora e de dedicação ao trabalho, a taxa média de ocupação aparente da GRM seja a taxa efetivamente vigente nos 13 municípios que a compõem, inclusive Maringá. Neste caso, para uma população domiciliada de 406.693 habitantes em 2017, a população ocupada em Maringá “efetivamente maringaense” seria de 122.198 indivíduos. Assim, dos 156.175 ocupados em Maringá em 2017, aproximadamente 34.000 seriam moradores dos municípios do entorno.

Tal como se pode observar no Quadro 3, abaixo, quando deixamos de atribuir a Maringá aquela parcela de ocupados que – supõe-se – sejam domiciliados em municípios vizinhos, as medidas de especialização ganham expressão. Qual o significado deste fenômeno? E qual a consistência analítica do exercício? Reflitamos um pouco.

O exercício acima tem por fundamento uma hipótese: a de que aqueles que trabalham em Maringá, mas **não** são domiciliados neste município tenderiam a despender sua renda nos municípios onde têm domicílio. Afinal, supondo que haja oferta e que ela seja tenha qualidade similar à concorrência, qualquer consumidor tende a poupar recursos com deslocamentos e a realizar compras no entorno do domicílio; sejam elas de alimentos, fármacos, roupas, serviços básicos de educação, saúde, etc. Se tal ocorresse, a demanda **interna** sobre as atividades de Maringá adviria dos empregados **domiciliados** no município. Tudo o que excede a esta demanda **estritamente** **interna**, adviria de domiciliados externos: seria “exportação”, atividade “propulsiva”.

**Quadro 3: Especialização Produtiva de Maringá Revista**

**à luz da Diferenciação entre Emprego Total e Emprego dos Domiciliados**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Território** | **Maringá** | | | **Paraná** | |
| **Categorias** | **Num Tr** | **% Pop To** | **QL PR** | **Num Tr** | **% Tr PR** |
| **Emprego Formal Domiciliados (presumido)** | **122.198** | **100,00%** | **1,0000** | **2.941.718** | **100,00%** |
| **Agropecuária e Extração Vegetal e Mineral** | **694** | **0,57%** | **0,1521** | **109.853** | **3,73%** |
| Agropecuária e Atividades de Apoio | 574 | 0,47% | 0,1488 | 92.856 | 3,16% |
| Pesca, Extrativismo Florestal e Mineral | 120 | 0,10% | 0,1700 | 16.997 | 0,58% |
| **Indústria: Transform. - Cons. Civil - Serv. Ind.** | **35.755** | **29,26%** | **1,2521** | **687.445** | **23,37%** |
| Indústria Agroalimentar | 9.887 | 8,09% | 1,2420 | 191.638 | 6,51% |
| Ind Vestuário e Calçados | 5.075 | 4,15% | **1,6019** | 76.268 | 2,59% |
| Ind de Transformação: Outros | 11.029 | 9,03% | 1,0296 | 257.881 | 8,77% |
| Serviços Industriais | 821 | 0,67% | 0,4910 | 40.256 | 1,37% |
| Indústria da Construção Civil | 8.943 | 7,32% | **1,7733** | 121.402 | 4,13% |
| **Comércio e Serviços** | **106.753** | **87,36%** | **1,5443** | **1.664.127** | **56,57%** |
| Comércio Varejista e Atacadista | 38.704 | 31,67% | 1,4354 | 649.123 | 22,07% |
| Transporte e Logística | 11.848 | 9,70% | **1,6970** | 168.069 | 5,71% |
| Serviços Prestados às Famílias e às Empresas | 29.647 | 24,26% | 1,4349 | 497.391 | 16,91% |
| SPB-Educação | 12.291 | 10,06% | **2,2642** | 130.680 | 4,44% |
| SPB-Saúde | 8.293 | 6,79% | **1,6156** | 123.567 | 4,20% |
| Outros Serviços | 5.970 | 4,89% | **1,5081** | 95.297 | 3,24% |
| **Administração Pública** | **12.973** | **10,62%** | **0,6502** | **480.293** | **16,33%** |
| Adm Pública | 12.973 | 10,62% | 0,6502 | 480.293 | 16,33% |
| **Emprego Formal Total (informado RAIS-MTE)** | **156.175** | **127,80%** | 1,2780 | **2.941.718** | **100,00%** |

FDB: Est Pop 2017 (IBGE), RAIS-2017 (MTE). Os indicadores foram produzidos pelos autores

**O que o Quadro 3 de fato demonstra é que parcela expressiva da demanda sobre o setor terciário de Maringá advém de fora.** Mais exatamente, de duas fontes: 1) dos domiciliados e empregados nas cidades do entorno (como já havia ficado demonstrado no Quadro 1); 2) daqueles empregados em Maringá que, mesmo domiciliados em outros municípios, despedem parte de suas rendas na cidade polo, em detrimento do comércio e do serviço dos municípios satélites.

1. Interdependência Dinâmica entre Polo e Periferia: breve aporte teórico

Os dados apresentados na segunda seção revelam a extraordinária competência de Maringá na administração de sua posição enquanto polo regional. Mas, ao mesmo tempo, elas revelam sua grande dependência do dinamismo econômico dos municípios polarizados. Por quê? Porque o crescimento econômico de um município polo especializado em Serviços depende da demanda sobre estes mesmos serviços. E esta demanda não pode ser só interna. Ou a atividade deixa de ser propulsiva para ser reflexa. Para que se entenda esta afirmação, vale resgatar - muito brevemente, e da forma mais simplificada possível – a chamada “Equação Macroeconômica Fundamental”. De acordo com a mesma:

a) Yd = PIB – T = C + I + (G – T) + X – M[[4]](#footnote-4);

A equação “a” acima nos informa que em uma economia mercantil, a renda disponível de trabalhadores e empresários (Yd) corresponde à soma do valor agregado em todas as atividades produtivas (Produto Interno Bruto; PIB) líquido da tributação (T). O Produto e a Renda líquidos de impostos correspondem, por sua vez, a demanda total incidente sobre os produtores. Estas demandas são de quatro tipos: demanda de bens e serviços de consumo (C); demanda de bens de capital (I); demandas exercidas pelo Governo (G); demandas externas ao território (X). Uma parte da demanda, contudo, dirige-se para produtos oriundos do exterior, que não são produto (nem renda) dos agentes locais, mas produtos importados (M).

Suponhamos (para simplificar) o gasto do governo (G) seja igual à Tributação (T). Neste caso, “G - T = 0”, e as duas variáveis saem da equação, restando:

b) Yd = C + I + X – M

Suponhamos ainda que o consumo “C” seja integralmente reflexo, vale dizer, que ele seja uma função “f” da renda “Yd” (sem renda, não há crédito, nem compras). Esta hipótese se expressa na equação abaixo:

c) C = f (Yd) = c Yd; e

d) Yd = c Yd + I + X – M

Suponhamos, por fim, que todos os bens de consumo (alimentos, vestuário, serviços pessoais, educação, saúde, etc.) sejam produzidos na Região de Maringá e nada seja importado[[5]](#footnote-5). Neste caso, as importações (M) corresponderiam exatamente às demandas de Investimento (I). E se I = M, então “I – M = 0”. E apenas duas variáveis restam na equação: Yd e X, de sorte que:

e) Yd = c Yd + X

Colocando Yd em evidência temos:

f) Yd (1 – c Yd) = X;

Isolando Yd novamente chegamos à equação final:

g) Yd = X / (1 – c)

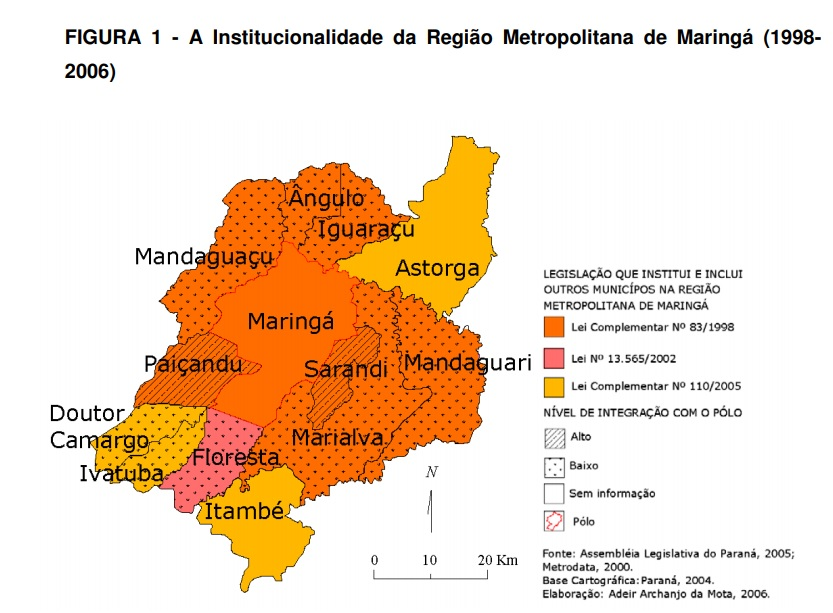
A equação “g”, nos informa que a renda disponível Yd de uma economia local-regional que não produz seus bens de capital e cujo governo tem circunscrições de financiamento e gasto é função direta e virtualmente exclusiva do valor das exportações[[6]](#footnote-6). Mas, se a equação é legítima, cabe perguntar: **quais são as principais “exportações” de Maringá? O que é que Maringá “exporta”?** ...

Maringá conta com alguns setores industriais que são exportadores em sentido estrito. Em especial, os segmentos de vestuário e um núcleo de atividades agroindustriais. Mas Maringá é, acima de tudo, uma cidade de Serviços. E ela “exporta” Serviços! Ocorre, contudo, que os **serviços não são *tradables* - vale dizer, não são transportáveis! - e, portanto, não são exportáveis no sentido mais estrito do termo. A exportação de serviços é, na verdade, a “importação dos clientes” que os demandam,** dos clientes que moram no entorno de Maringá e que – por não contarem com sistemas urbanos de qualidade e complexidade similar – deslocam-se até esta cidade em busca dos mesmos. **Vale dizer: são os compradores do entorno que garantem o saldo líquido das transações de Maringá com o exterior, são eles que garantem os recursos necessários à realização das importações do município. São estes clientes, portanto, que impulsionam a economia maringaense e são a condição de seu crescimento.**

E quando dizemos “condição de crescimento” estamos sendo cientificamente rigorosos: uma cidade de serviços não pode driblar uma eventual depressão ou estagnação da demanda regional pela conquista de mercados longínquos, mercados distantes. **A elevação da demanda pelos Serviços de um polo regional é função do dinamismo econômico da região atendida pelo mesmo**. **O que nos leva a uma conclusão necessária: qualquer política consistente e sustentável de promoção do desenvolvimento de Maringá passa, necessariamente, pela identificação e apoio ao desenvolvimento – com geração de emprego e renda – dos municípios do entorno, polarizados pela Cidade Canção.**

1. A questão da Região de Influência e de Solidariedade Econômica de Maringá (RISEM)

Ao longo da segunda seção nos referimos à “Grande Região de Maringá” (GRM) como se esta fosse uma referência regional consolidada. Não é o caso. Ela é apenas a regionalização adotada no **“Anuário de Economia 2018-2019 da Grande Região de Maringá”[[7]](#footnote-7)**. Esta região é muito **similar** à estrutura da Região Metropolitana de Maringá em 2005 (representada na Figura 1, abaixo) Mas difere da mesma na medida em que a GRM incorpora o município de Ourizona e deixa de fora o município de Itambé, que fazia parte da Região Metropolitana desde 2005.

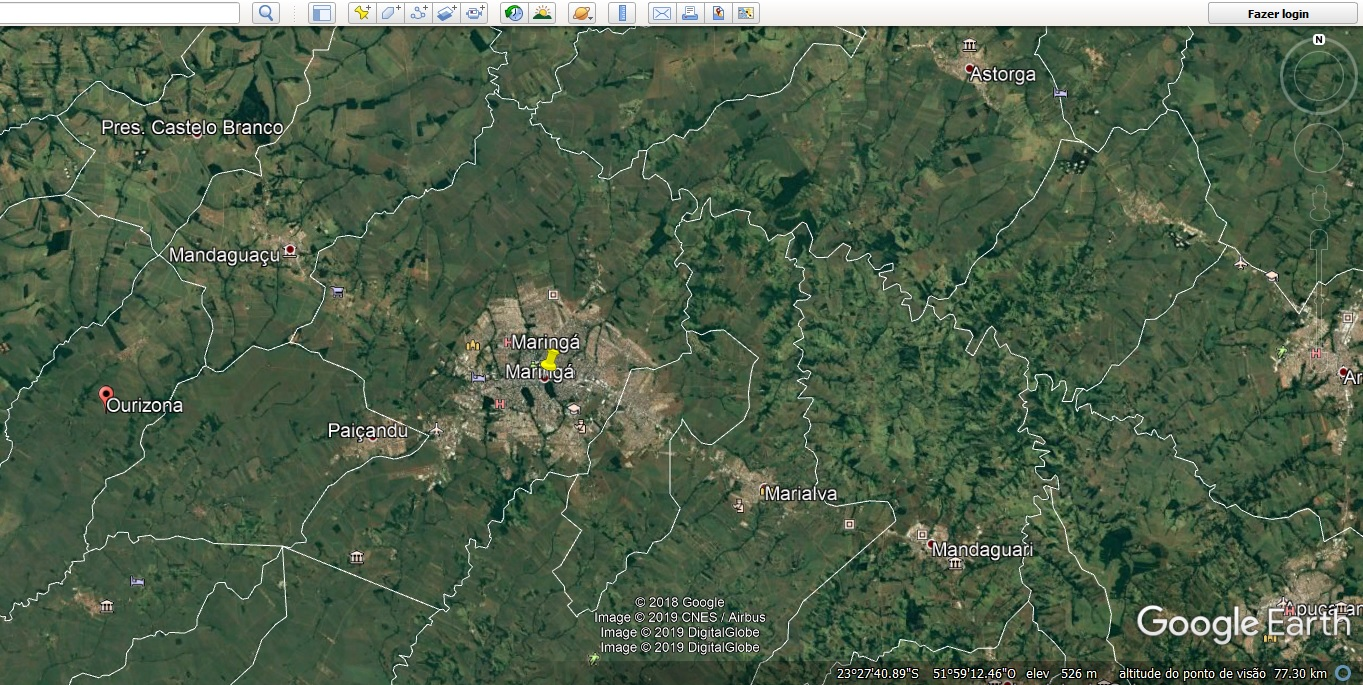


Fonte: Silva (2008).

A Região Metropolitana de Maringá, por sua vez, vem sofrendo contínuas alterações de suas fronteiras, com a incorporação de um número crescente de municípios. Criada pela Lei Complementar Estadual 83 em 1998. Ela contava, então, com oito municípios (Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi). Em 2002, foi incluído o município de Floresta pela Lei Nº 13.5655. E em 2005, através da Lei Complementar Nº 110, houve a inclusão de mais cinco municípios na Região Metropolitana de Maringá: Floresta, Dr. Camargo, Itambé e Ivatuba. Desde então, vem incorporando novas municipalidades em distintos momentos e, de acordo com o site do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-maringa-pr/), conta hoje com um total de 26 municípios. Não obstante, tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná projeto de lei para incorporar oito novos municípios à região.

Quer nos parecer que, tanto a instabilidade das fronteiras da Região Metropolitana de Maringá, quanto à inconsistência desta regionalização com aquela que referencia o Anuário de Economia supra-referido, sejam expressões distintas de um mesmo fenômeno: **a ausência de critérios claros e economicamente consistentes para a determinação da área de influência e de solidariedade dinâmica de Maringá com os municípios do entorno**. Tal fato transparece quando observamos a área conurbada de Maringá, que definiria sua região metropolitana em sentido mais estrito.

Figura 2: Imagem de Satélite de Maringá e Região Entorno



Fonte: Google Earth (Imagem capturada do site em 12 de junho de 2019)

Tal como podemos observar na Figura 2, acima, em sentido estrito, a conurbação nucleada por Maringá envolve, para além da área urbana deste município, as sedes de Sarandi, Paiçandu e (de forma menos marcada, mas crescente) de Marialva. As limitações de área e população desta conurbação parecem encontrar-se na base da classificação pelo IBGE da Área de Concentração de População (ACP) de Maringá como Capital Regional de Nível B (por oposição a Metrópole ou, mesmo, como Capital Regional de Nível A). Vale dizer: para o IBGE, Maringá não é propriamente uma Metrópole e a ACP nucleada por este município é significativamente menor do que a atual Região Metropolitana de Maringá.

Para além das duas regionalizações já referidas – a GRM, do Anuário 2018-2019; e a Região Metropolitana de Maringá – há todo um conjunto de regionalizações políticas e administrativas com os mais diversos recortes. E esta diversidade é tão corriqueira quanto pertinente: distintos objetos e temas impõem recortes regionais distintos, baseados em critérios igualmente distintos (tais como as bacias hidrográficas, a história política e cultural associada ao processo de colonização, distribuição geográfica de escritórios e sedes-regionais de órgãos públicos fiscalizadores e reguladores, etc.). E é por isto mesmo – porque fins distintos impõem recortes regionais distintos - que é preciso construir a regionalização pertinente ao planejamento do desenvolvimento socioeconômico da Região de Influência de Maringá.

Ora, o Departamento de Geografia do IBGE tem, entre suas funções, justamente a determinação da Região de Influência das Cidades. E esta determinação tem por base uma ampla pesquisa de campo, com levantamento de dados primários e sistematização de dados secundários. O que nos traz uma conclusão impositiva: a pesquisa e as regionalizações propostas pelo IBGE devem ser o ponto de partida de uma regionalização científica para o Planejamento do Desenvolvimento Regional (doravante, PDR).

Mas se o material do IBGE é tão rico, porque não tomá-lo – e a regionalização que se extrai do mesmo – imediatamente como referência para o que estamos chamando de “Região de Influência e de Solidariedade Econômica de Maringá” (RISEM)? Em primeiro lugar, porque a inclusão da expressão “Solidariedade Econômica” não é gratuita: **queremos identificar aquela região cujo desempenho econômico afeta diretamente o desempenho econômico de Maringá.** E este **não** é o objetivo do IBGE. Seus objetivos são: 1) sistematizar as relações e determinar os sistemas de redes urbanas no Brasil; 2) constituir um novo padrão de regionalização com base nestas relações e redes. Estes dois objetivos estão articulados e vão se manifestar num esforço de hierarquização das influências urbanas. Assim, um município que se encontra próximo de dois polos e cuja economia é, efetivamente, bipolarizada, acaba por ser incluído num único recorte territorial. As consequências podem ser observadas nas quatro figuras reproduzidas abaixo.

Tal como podemos observar pela comparação entre as Figuras 3 e 4, as Redes definidoras das áreas de influência de Maringá e Londrina foram definidas de tal forma que, se uma cidade exerce uma função de polarização mais forte do que a outra, as relações subordinadas deixam de ser registradas. Assim, a despeito da proximidade geográfica e da existência de uma forte interação econômica, política e cultural de Maringá com Apucarana, o fato das pesquisas identificarem uma relação mais forte deste último município com Londrina levam à abstração das relações do mesmo com a Cidade Canção. E isto não é só: Apucarana é classificado com um polo de segunda grandeza, que tem, sob sua influência cidades que - como Jandaia do Sul – estão situadas a oeste de sua sede e bastante próximas a Maringá. Mas como Apucarana é polarizada (prioritariamente) por Londrina e Jandaia é polarizada por Apucarana, os elos entre Maringá e Jandaia são como que “apagados” da regionalização do IBGE pelo critério de “Influência das Cidades”.

Figura 3: Rede de Influência de Maringá

Uma imagem contendo texto, mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: REGIC-IBGE (2007)

Figura 4: Rede de Influência de Londrina

Uma imagem contendo texto, mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: REGIC-IBGE (2007)

Ao fim e ao cabo, dada a proximidade entre Londrina e Maringá, pelos critérios do IBGE, a região desta última cidade acaba por situar-se essencialmente a oeste de sua sede (excetuados os municípios mais próximos e em crescente processo de conurbação, como Sarandi, Marialva e Mandaguari). É o que se observa na Figura 5 abaixo.

Figura 5: Regiões de Influência de Maringá e Londrina

Uma imagem contendo texto, mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: REGIC-IBGE (2007)

O Norte do Paraná foi dividido em duas grandes regiões de influência: a região azul escura, corresponde à região de Maringá; a região azul claro, a região de Londrina. De acordo com estes critérios, os vínculos de Maringá com Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí seriam mais fortes do que os elos com Apucarana, Jandaia, Cambira e São José do Ivaí.

Talvez, esta regionalização seja pertinente para os critérios e funções que o IBGE atribui à regionalização. Mas, com certeza, ela não corresponde à regionalização mais adequada quando se trata de avaliar a Solidariedade Econômica dos municípios.

1. Metodologia de Identificação da RISEM

O ponto de partida da determinação da Região de Influência e Solidariedade Econômica de Maringá (RISEM) é o banco de dados da Diretoria de Geografia do IBGE. Este banco de dados foi tornado público recentemente e conta com informações valiosas. É bem verdade que ele se encontra relativamente defasado. O IBGE está atualizando o REGIC de 2007 com base em nova pesquisa (realizada em 2017) e cujos dados ainda não foram divulgados. Isto nos obrigará a buscar fontes complementares ao Banco de Dados do IBGE. Porém, dados os objetivos específicos (e menos ambiciosos) deste projeto de pesquisa, não teremos de replicar (com vistas a atualizar) toda a pesquisa do IBGE. A atualização do banco de dados será menos abrangente e terá cinco focos centrais:

1. Fluxo diário de passageiros entre Maringá e os municípios do entorno (com ênfase no transporte rodoviário por ônibus, sejam por linhas, sejam fretados);
2. Origem das Matérias-Primas e destino dos Produtos Finais das cadeias industriais propulsivas de Maringá (com ênfase na Agroindústria e Vestuário);
3. Origem dos usuários não domiciliados dos sistemas de serviços de complexidade superior sediados em Maringá (com ênfase em Educação, Saúde, Finanças e Consultorias Empresariais Técnicas e Administrativas);
4. Origem dos usuários não domiciliados do Sistema de Transporte e Logística de Maringá (com ênfase nos sistemas de cargas e no sistema aeroviário);
5. Área de abrangência e prestação de serviços das empresas de Construção Civil sediadas em Maringá.

O conjunto dos dados levantados será trabalhado com vistas a definir uma hierarquia de vínculos; vale dizer: emergirá uma única “RISEM”, mas organizada em camadas (como uma cebola). Afinal, os vínculos dos municípios mais próximos (como Sarandi, por exemplo) são mais intensos do que os vínculos com municípios mais distantes (como, Jandaia do Sul). Além disso, é preciso lembrar que os vínculos relevantes quando se trata de avaliar a solidariedade econômica e a capacidade de estimular a dinâmica de um território **não** podem ser mensurados em termos relativos ou “per capita”. Mesmo que a intensidade dos vínculos **“per capita”** dos domiciliados em Paiçandu seja maior do que os domiciliados em Apucarana, é possível que os vínculos **absolutos** (vale dizer: o valor das trocas econômicas realizadas) entre Maringá e Apucarana sejam mais expressivos. Tal como num sistema gravitacional, a influência é diretamente proporcional às massas e inversamente proporcional à distância.

Um ponto que deve ser anunciado desde já é que a regionalização resultante será, necessariamente distintas das regionalizações consolidadas e politicamente acordadas. E isto porque as regionalizações político-administrativas tomam como critério organizador a excludência: se Apucarana encontra-se na região de Londrina, então ela não poderá encontrar-se na região de Maringá. Este é um critério válido e pertinente para regionalizações administrativas. Mas a RISEM só é “administrativa” num sentido peculiar: ela deverá nortear planos e ações comuns com vistas ao desenvolvimento de organizações da Sociedade Civil dos distintos municípios. Assim, não há porque excluir da RISEM aqueles municípios que **também** são polarizados por Londrina, por exemplo. Mesmo que a polarização de Londrina seja mais intensa que a de Maringá, se as relações econômicas e a interdependência dinâmica de Maringá com o município bi polarizado forem intensas, ele deverá ingressar na RISEM com sua importância e solidariedade devidamente hierarquizada.

Na verdade, deverá entrar na versão preliminar e estritamente técnica da RISEM. A segunda etapa da pesquisa envolverá a discussão da regionalização obtida com a sociedade civil organizada de Maringá representada pelo CODEM. Ali, apresentaremos os critérios e os resultados preliminares. A expectativa é a de receber informações complementares e realizar a avaliação dos custos e benefícios (inclusive, mas não exclusivamente, políticos) de manter ou alterar a regionalização preliminar. Além disso, será discutido o recorte que deverá predominar. Afinal, como já dissemos, a intensidade da solidariedade econômica é variável, de sorte que teremos distintas possibilidades de RISEM. Isto equivale a dizer – insistamos – que, por definição, não há uma única RISEM, mas distintas camadas de influência e atração gravitacional. A definição do recorte regional a ser tomado por referência vai depender do interesse das lideranças políticas e empresariais maringaenses e dos municípios do entorno de utilizarem a regionalização como referência para a construção de projetos articulados e solidários de desenvolvimento.

1. Orçamento

Os produtos do projeto se dividirão em 5 etapas:

* 1) Produção e entrega do Relatório A com uma regionalização preliminar com base nos dados secundários disponíveis no site do IBGE; em especial naqueles dados disponibilizados pela Pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC). Prazo: 40 dias.
* 2) Produção e entrega do Relatório B com os resultados da coleta de informações adicionais de base secundária e primária. Os dados primários serão obtidos a partir de visitas da equipe da Paradoxo à Maringá e entrevistas com lideranças empresariais das principais cadeias “exportadoras” do município. Entendemos que o levantamento primário de informações deve ser objeto de sistematização e disponibilização de seus principais resultados na forma de um relatório específico. E isto porque os ajustes feitos à regionalização preliminar estarão baseados nestes resultados. E a pertinência dos ajustes só poderão ser avaliadas pelo CODEM se a instituição estiver de posse das informações coletadas e sistematizadas pela consultoria. Prazo: 80 dias;
* 3) Produção e entrega do Relatório C, com uma segunda proposta de regionalização baseada nos ajustes necessários à regionalização preliminar em função do levantamento de informações de base primária. Prazo: 100 dias;
* 4) Realização de um Seminário no interior do CODEM para apresentação e debate dos três Relatórios (com ênfase no “C”). As apresentações em power-point produzidas pela consultoria e uma síntese dos debates realizados conformarão o Relatório D. Prazo 120 dias;
* 5) Entrega do Relatório Final sobre a Região de Influência e Solidariedade Econômica de Maringá (RISEM). Prazo: 150 dias

NOTA IMPORTANTE SOBRE PRAZO: O período ideal para a realização do trabalho são os 5 meses apontados acima. Não obstante, os meses de dezembro e janeiro são meses de operação atípica da Paradoxo Consultoria. As duas semanas finais de dezembro são dedicadas a atividades internas, de avaliação anual, definição de estratégias e investimentos e atualização dos bancos de dados. O mês de janeiro é de férias coletivas. Isto significa que o estudo final só poderia ser entregue ainda no ano de 2019 caso o contrato venha a ser assinado até o dia 18 de julho deste ano. Cientes da estreiteza do prazo para a contratação, a equipe envolvida no projeto avaliou que o estudo seria viável sem perda de qualidade (mas com o comprometimento de parcela de finais de semana) em até 135 dias (4 meses e meio). O que alargaria o prazo para assinatura até 2 de agosto próximo. Se estes prazos não puderem ser cumpridos pelo CODEM, fica entendido que o Relatório Conclusivo só poderá ser entregue em 2020. Neste caso, o prazo total mensurado como “período transcorrido” passaria a ser de 195 dias: os 150 dias de trabalho mais os 45 dias de recesso para atividades internas e férias coletivas da Paradoxo Consultoria.



* **Agenda de Produtos e Valores:**
  + Primeira parcela: na assinatura do contrato - R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);
  + Segunda parcela: na entrega do Relatório A - R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) – Prazo – 40 dias após a assinatura do contrato;
  + Terceira parcela: na entrega do Relatório B - R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) – Prazo – 80 dias após a assinatura do contrato;
  + Quarta parcela: na entrega do Relatório C - R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) – Prazo – 100 dias após a assinatura do contrato;
  + Quinta parcela: na entrega do Relatório D - R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) – Prazo – 120 dias após a assinatura do contrato;
  + Sexta parcela: na entrega do Relatório Final - R$ 15.000,00 – Prazo: 150 dias após a assinatura do contrato.

Obs.: Os custos com hospedagem, alimentação e translado já estão incluídos no valor total propostos abaixo, conforme exposto na tabela acima, e estão sobre responsabilidade da Paradoxo Consultoria. Portanto não incidirá sobre o CODEM nenhuma espécie de reembolso com estes gastos.

* **Valor Total: R$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais).**
* **Dados Bancários:**
  + Banco Santander
    - Conta: 130010364
    - Agência: 1014

1. Referências

CODEM (2011). **Maringá 2030**. CODEM

FNEM - Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (2018). **Região Metropolitana de Maringá (PR).** Disponível em: http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-maringa-pr/

Grupo Maringá de Comunicação (2019). **Anuário de Economia 2018-2019: a grande região de Maringá**.

IBGE (2008). **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e

PAIVA, C. A. (2013). Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu. Disp. Em http://www.pti.org.br/sites/default/files/fundamentos\_da\_analise\_e\_do\_planejamento\_1.pdf

PWC/CODEM (2017). **Maringá 2047 - Uma visão de futuro**. PWC

Silva, J. A. (2008). **A Influência do Associativismo no Espaço Urbano em Dois Municípios da Região Metropolitana de Maringá – os casos de sarandi e paiçandu – PR**. Mestrado em Geografia/UEM.

1. Na realidade, a região de referência não precisa ser o Paraná. Ela deve, apenas ser uma região maior do que Maringá, da qual o município faça parte. Pode ser o Brasil, a Região Sul do Brasil, a região Norte do Paraná, etc. Como regra geral, contudo, utiliza-se a Unidade da Federação na qual o município está inserido. [↑](#footnote-ref-1)
2. Duas observações, aqui, são cruciais: 1) a demanda externa a uma localidade ou região usualmente **não** é outra nação, mas, tão somente, outra região ou localidade que lhe é próxima mas situada além de suas fronteiras políticas; 2) mesmo que o produto da atividade sob análise seja parcialmente voltada ao mercado externo do Paraná ou do Brasil (como a produção de soja ou proteína animal, por exemplo) as conclusões acima **não** sofrem qualquer alteração: um QL acima da unidade revela que o território sob análise é “ainda mais exportador” do que média da região de referência. [↑](#footnote-ref-2)
3. Importante observar que nem sempre uma baixa taxa de ocupação aparente é indicador de “cidade dormitório” e deslocamento da população economicamente ativa para ocupações situadas em outros territórios. É preciso lembrar que estamos operando com dados da RAIS, que contabilizam apenas o emprego formal. E o grau de formalização é muito heterogêneo entre os distintos setores de atividades. Municípios essencialmente rurais e agrícolas, cujas atividades do núcleo urbano estão centradas no comércio varejista, sempre apresentam (malgrado a possibilidade de raríssimas exceções) taxas aparentes de ocupação muito inferiores à média de territórios mais amplos. Esta parece ser a razão central da baixíssima taxa de ocupação aparente de Ourizona, por exemplo. [↑](#footnote-ref-3)
4. A exportação é sempre a venda para fora do território. A exportação de uma região é a venda para outras regiões do país. Apenas eventualmente (mas não necessariamente!) para outros países. [↑](#footnote-ref-4)
5. Esta é uma hipótese simplificadora bastante forte. Mas ela não é condição para o resultado que queremos demonstrar. Para os interessados em detalhar esta questão, recomendamos Paiva, 2013 (em especial o segundo e terceiro capítulos). [↑](#footnote-ref-5)
6. Na verdade, a equação “g” também nos diz que a renda pode crescer caso “c” – **a propensão a consumir produtos em Maringá** – cresça. Mas, neste caso, o crescimento da renda em Maringá seria função da diminuição do consumo (e da renda) nos demais municípios. Este crescimento não é sustentável. [↑](#footnote-ref-6)
7. A despeito de nossos esforços de pesquisa, não alcançamos encontrar, nem nesta publicação, nem em qualquer das outras que tomamos por referência, os fundamentos da proposta de Regionalização da GRM. [↑](#footnote-ref-7)